

Políticas para a Mata Atlântica precisam sair do papel

Categories : [Reportagens](#)

Rio de Janeiro – A confirmação de um aumento de 9% no desmatamento da Mata Atlântica no período entre 2012 e 2013, o segundo aumento anual consecutivo, trouxe duas certezas aos dirigentes das principais organizações que militam pela preservação do bioma mais ameaçado do Brasil. Uma delas é de que são necessários maiores e urgentes avanços na aplicação de políticas públicas que hoje caminham a passo de tartaruga, caso, por exemplo, da efetivação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação ou da regulação do Fundo de Restauração, ambas previstas na [Lei da Mata Atlântica](#) sancionada em 2006. A segunda certeza é de que a aprovação do [Código Florestal](#), na forma como se deu no Congresso Nacional, com diversas concessões à bancada ruralista, contribuiu para a retomada das agressões ao bioma hoje reduzido a 8,5% de sua cobertura original.

Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani afirma que todos os avanços conquistados desde a aprovação da lei, como, por exemplo, os planos municipais, “foram colocados sob risco” pelo novo Código Florestal: “A expansão do desmatamento agora é a prova de que esse código com viés ruralista impacta diretamente, e não só a [Mata Atlântica](#). Nossa organização trabalha muito com plantio e reflorestamento, e nesses dois anos se percebeu nos proprietários um breque geral nessas ações porque todos ficaram naquela de esperar a anistia. Então, foi muito ruim. Vamos ver se agora a gente muda essa dinâmica, com o [Cadastro Ambiental Rural](#) e a questão da restauração obrigatória do Plano de Recuperação Ambiental”, diz.

Para Renato Cunha, do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) e integrante da coordenação da [Rede de ONGs da Mata Atlântica \(RMA\)](#), o governo não dá a devida importância à conservação do bioma: “Hoje se pensa mais em licenciamento do que na melhoria da fiscalização. O [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#) está muito parado, e em nível da legislação a gente vê mais retrocessos que avanços, inclusive com a aprovação do Código Florestal há dois anos”, diz.

Consolidar os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, diz Cunha, é a mais importante etapa a ser cumprida: “Os planos municipais são importantíssimos, mas dos 3,2 mil municípios que estão sob a aplicação da Lei da Mata Atlântica, temos hoje somente 13 planos aprovados e mais uns 30 planos em elaboração, o que é muito pouco para uma estratégia mais ampla em todo o domínio da Mata Atlântica”.

A falta de ação do MMA é apontada também por Mantovani como causa da lentidão na implementação dos planos municipais: “O caput da Lei da Mata Atlântica é o mais interessante que existe até hoje porque fala do uso e da proteção da floresta. Isso acabou não acontecendo em função desse desequilíbrio promovido pelo próprio ministério, que não se empenhou nesse tema. Achamos que é possível avançar muito agora com os planos municipais. Estamos empenhados

nisso, temos visitado muitos municípios. Há municípios de referência, como Caxias do Sul, onde o plano foi vinculado ao Cadastro Ambiental Rural”, diz o dirigente da SOS Mata Atlântica.

Recursos